

ESTUDO DAS ATUAIS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA E DA ANÁLISE INSTITUCIONAL

Ana Paula Ribeiro Hirakawa (UPM); Andréia Iscaife (UPM); Dija Maria Alves dos Santos (UPM); Fernanda Gallafrio (UPM); Karla Coelho (UPM); Marina Bertonha Cunha (UPM); Nátaly Karine Pereira (UPM); Rafael Costa Piovesan (UPM); Rogério do Prado (UPM); Sarah Barretto Prado (UPM); Ednilton José Santa Rosa (UPM).

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo visa apresentar uma pesquisa que enfatiza o estudo das organizações não governamentais atuais a partir da teoria crítica e da análise institucional.

De acordo com Leite (1999), no contexto atual, as Organizações não governamentais são solicitadas a atuar no lugar do Estado, pois este se encontra ineficiente e as mesmas, na visão do autor, passam a ser mais ágeis e eficientes para lidar com questões mais objetivas, “além de conferirem alguma legitimidade às políticas governamentais implementadas por parceria.” (p. 9), porém isso acaba por transferir o que é público para o privado.

Na perspectiva descrita acima, o presente trabalho procura realizar uma leitura crítica dessas instituições. De acordo com Crochik (1998) para que a realidade que hoje se apresenta como ilusória seja desvelada, são necessárias críticas ao discurso ilusório e a realidade aparente. O autor também afirma que a crítica tem que se utilizar desses dois níveis, pois somente dessa maneira é que se pode “afirmar o conteúdo do discurso e negar a realidade existente, mostrando obstáculos dessa à sua realização” (p.41).

A pesquisa, portanto se deu a partir de um levantamento acerca do assunto, a fim de aprofundar o conhecimento sobre o histórico, definição e estrutura das organizações não governamentais. Também foram feitas visitas a essas organizações utilizando-se do método de análise institucional descrito por Bleger (1984), que consiste na observação ativa e na entrevista interativa. O objetivo geral deste trabalho é conhecer os modelos de organizações não governamentais, descrito tanto pela literatura como pelas visitas, entrevistas e observações realizadas nas instituições.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definição e histórico das organizações não governamentais

Em toda sociedade capitalista, o Estado é considerado o primeiro setor, o mercado e a sociedade civil são o segundo e terceiro setor, respectivamente (YAMAMOTO, 2007). Para Voltolini (2004) existe uma dificuldade inicial de definir o Terceiro Setor, pois não há consenso sobre sua “verdadeira” definição.

Coelho (2002) afirma que o termo foi usado pela primeira vez por pesquisadores nos Estados Unidos no século XX (década de 1970), e que a partir de 1980 passou a ser utilizado por Europeus. As organizações não-governamentais também fazem parte do Terceiro Setor e sua origem se relaciona com a causa que ela defende, pois existem duas alternativas: defendem a causa de outrem ou defendem as causas de seus membros. Em relação a esse setor existem diversas denominações, como: Organizações sem fins lucrativos, Organizações voluntárias, Terceiro setor ou organizações não governamentais, porém elas podem ter significados diferentes (COELHO, 2002), no entanto Montañó (2002 apud VIDAL et al 2006) faz uma crítica ao termo organização não governamental, já que quando o Estado firma parceria e destina recursos para uma organização, ele seleciona determinada organização e não outra, e executa determinado projeto e não outro, o que leva a ter a permanência somente

de determinadas instituições. O termo Organização não-governamental em si admite muitas interpretações que ao longo dos anos foram surgindo e também foram ressignificadas.

Essas organizações diferenciam-se das entidades privadas inseridas no mercado por não objetivarem o lucro, e por responderem, em alguma medida, as necessidades coletivas (COELHO, 2002). Neste sentido, Gohn (2005) estabelece uma tipologia que serviria para categorizar as organizações não governamentais: caritativas: voltadas a assistência a áreas específicas; desenvolvimentistas: com proposta de intervenção no meio ambiente; cidadãos: voltadas para reivindicação dos direitos de cidadania e ambientalistas: são as ecológicas.

No Brasil, o terceiro setor chega trazido por um funcionário da Fundação Roberto Marinho (VIDAL et. al, 2006) nos anos de 1990. Em sua origem as instituições pertencentes à esse setor existiram basicamente no espaço da Igreja Católica. Com isso, manteve-se a tradição de solidariedade fortemente vinculada à valores assistencialistas (VOLTOLINI, 2004).

Não há uma única explicação para o crescimento das entidades do terceiro setor, pois a proliferação delas deve-se ao redescobrimto do princípio da subsidiariedade e a crise do Estado enquanto prestador de serviços públicos (ROCHA, 2003). Com isso, a própria organização sem fins lucrativos tem uma série de isenções fiscais federais, Estaduais e Municipais (COELHO, 2002), e por isso buscam receber do Estado os recursos que necessitam para realizar suas tarefas, a fim de chegarem as suas finalidades enquanto organização (ROCHA, 2003).

2.2 As organizações-não-governamentais a partir da teoria crítica

Muitas vezes o termo “ONG” é propagado de forma ritualizada se tornando imune à contradição (MARCUSE, 1979), ou seja, ela já traz uma aceitação geral, que muitas vezes não revela o seu real objetivo, não deixando margens para que as contradições surjam. Como afirma Marcuse (1979) “A disseminação e a eficácia dessa linguagem são testemunho da vitória da sociedade sobre as contradições que ela contém; estas são reproduzidas sem fazer explodir o sistema social” (p. 96).

Segundo Toro (1997, p. 37) é função do Terceiro Setor conseguir, por meio de suas intervenções sociais, passar de uma ordem social imposta a uma ordem social refundada e autofundada, ou seja, a uma ordem democrática. Contudo, alerta Toro, há que se ter cuidado com o tipo de intervenção usada, pois esta se for assistencialista, cria a dependência; se for autoritária, cria a baixa auto-estima; se for clientelista, cria uma cultura de adesão; somente por uma intervenção democrática é possível criar cidadania e autonomia. Para que ocorra uma intervenção social neste nível, o autor afirma ser necessário um processo pedagógico e educativo, embora ele ressalte também que a educação por si mesma não produza mudanças (Toro, 1997).

Segundo Leite (1999) as organizações não governamentais são chamadas a atuar no lugar do Estado, já que estas em muitos casos conseguem ser mais ágeis e eficazes na realização de objetivos mais pontuais. Isso segue o efeito da racionalidade tecnológica descrito por Marcuse (1972), em que reduz todas as possibilidades de existir em uma só, a da realidade imediata, ou seja, se utiliza da operacionalização de conceitos para entender toda a realidade em que extingui a possibilidade de algo vir-a-ser, negando toda a historicidade.

Thompson (1997, p. 45) afirma que não é possível estabelecer funções para o Terceiro Setor, pois para ele, este é um campo onde se produz um choque de valores e tendências, dinâmico e mutável. Ainda que existam vários pontos e trajetórias históricas comuns dentro deste setor é difícil para o autor afirmar que exista um interesse comum. Porém Lapassade (1977) afirma que as instituições têm com função, a tarefa incessante de evitar conflitos e dissimular, e isso não é escondido, mas sim para quem quiser enxergar, pois a partir disso, é que estas instituições conseguem assegurar a estabilidade e a manutenção da ordem, pois em

uma sociedade de desigualdade as instituições estão sempre aliadas a repressão.

Segundo Thompson (1997, p. 46), as organizações do “Terceiro Setor” enfrentam uma crise de identidade, obrigando-as a questionarem se deveriam funcionar como empresas eficientes no fornecimento de serviços ou como organizações portadoras de ideias de transformação e utopias sociais. Isto pode ser pensando a partir de Adorno e Horkheimer (1944 apud RUDIGER, 2004) que afirmam que atualmente o capitalismo acarretou em um processo de racionalização da vida, em que o ser humano é reduzido a uma tecnoestrutura.

De acordo com Marcuse (2001) a produtividade é inerente ao progresso, em que procede na vida conhecida e experimentada como trabalho, ou seja, o trabalho se torna a própria vida, sendo socialmente necessário e útil, dessa maneira pode-se questionar se as organizações não governamentais conseguem realmente se distanciar desse modelo de trabalho. Marcuse (1982) ainda afirma que “o trabalho básico, na civilização, é não libidinal, é labuta e esforço; A labuta é ‘desagradável’ e por isso tem de ser imposta” (p.80).

3. MÉTODO

Inicialmente o presente trabalho realizou uma pesquisa exploratória a fim de conhecer e aprofundar o conhecimento sobre as organizações não governamentais. De acordo com Piovesan e Temporini (1995) a pesquisa exploratória se apóia em alguns fundamentos como aprendizagem, ampliar os conhecimentos e tem como objetivo “conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere.” (p.321), tais pesquisas proporcionam maior familiaridade com o tema.

A partir desse aprofundamento sobre o tema, houve um segundo momento da pesquisa, no qual foram visitadas cinco organizações não governamentais. Essas visitas seguiram o modelo de análise institucional descrito por Bleger (1984) em que é visto a instituição em sua totalidade, e o conhecimento da instituição consiste principalmente na observação ativa e na entrevista interativa. A entrevista interativa não é algo pronto, mas ocorre durante a observação, já a observação ativa implica em olhar o todo, tem que estar relacionada à totalidade, e principalmente aos detalhes, lembrando que as partes contem as contradições do todo.

Para tentar contemplar as diferentes organizações não governamentais, elas foram separadas de acordo com uma tipologia que serviria para categorizá-las de acordo com Gohn (2005), que seriam as voltadas para a assistência social e também foram propostas mais duas categorias as da saúde e da educação.

Portanto, foram visitadas quatro instituições sendo que cada uma priorizava uma categoria descrita acima. Em cada instituição ocorreram duas visitas para que dessa maneira, pudesse coletar todas as informações possíveis das organizações visitadas.

As análises dos resultados foram feitos a partir da teoria crítica e da análise institucional. Segundo Lapassade (1977) as instituições juntamente com a ideologia tornaram-se as novas formas de repressão social, já que o novo Estado se mantém ao conseguir penetrar todos os ambientes da sociedade. Ao habituar os cidadãos à obediência, controlando desde a moral até as maneiras de agir e pensar, a análise institucional têm a proposta de revelar esse jogo institucional, do que é instituído e do que institui e tentando remontar ao Estado a partir das instituições dominantes.

4. RESULTADOS

Depois de realizada as visitas as organizações não governamentais proposto anteriormente, obtiveram-se resultados, que serão descritos em um breve resumo de cada instituição visitada.

4.1 Breve descrição das organizações e visitas realizadas nas organizações não

governamentais.

4.1.1 Instituição A

A instituição visitada é um projeto mantido por uma organização não governamental. O projeto é recente, completando um ano em 2009. Ela surgiu a partir de um projeto lançado por uma organização não governamental gestora para um edital da prefeitura de São Paulo, que desejava abrir um espaço para o atendimento da diversidade.

Os objetivos segundo os entrevistados da organização é atender a população da diversidade sexual, principalmente profissionais do sexo, travestis, transexuais e homossexuais. A organização é de assistência social, ou seja, eles encaminham a população que a procura para albergues, oficinas de capacitação, UBS's. Os cursos profissionalizantes ocorrem na própria instituição por meio de oficinas.

A relação com as outras instituições se dá também a partir dos acordos para encaminhamentos, como no caso de instituições de desintoxicação, ou centros de saúde ou albergues. Em relação aos funcionários, a organização conta com gestor, o sub-gestor, incluindo assistente social, psicólogo e agente de desenvolvimento econômico, oficinheiros e recepcionistas. Atualmente também há uma defasagem, pois há vagas abertas para monitores e assistente social.

Ainda não há avaliação dos resultados, pois como mencionado anteriormente a organização ainda é recente, porém a instituição busca atualmente, criar instrumentos que possam coletar dados para formular uma análise quantitativa adequada, até porque a organização precisa apresentar resultados aos órgãos que a financiam (prefeitura e união Européia). A propósito uma das parceiras, suas principais financiadoras encerra sua participação no projeto "Nós do Centro" no final deste ano. Isto está provocando um impasse na instituição e certo grau de insegurança: não sabem se irão poder prosseguir ou não com o trabalho, apesar de considerem-no de grande importância.

Durante a segunda visita, conversamos com a recepcionista que também é travesti e informou que a organização pretende mudar de local. Porém observamos que ela não tem muito conhecimento sobre a área administrativa, pois ela não conseguia relatar, por exemplo, quantas pessoas freqüentavam por dia o projeto ou se o projeto pretendia virar uma organização não governamental, porém ela sabia sobre todos os cursos, horários e oficinas que eram disponibilizados.

A psicóloga não soube nos informar quantas pessoas participavam do projeto por dia, porém nos informou quantas pessoas atenderam durante o primeiro ano de funcionamento, que foram cerca de 1.000 pessoas diferentes, que era o objetivo. Em relação às oficinas e cursos, ela afirmou que esses cursos eram feitos a partir das demandas dos usuários, que solicitavam cursos de artesanato e outros.

Perguntamos também se o projeto pretende virar uma organização não governamental, a psicóloga relatou que não tem essa intenção, pois segundo ela a instituição A não teria condições de se manter sozinha, no entanto, há um projeto de talvez futuramente o centro se separar da organização não governamental gestora e se vincular à prefeitura.

4.1.2 Instituição B

A organização B visitada de acordo com o coordenador já existe há 12 anos e agora comporta aproximadamente 40 projetos. A origem do projeto foi devido a uma pesquisa, relatada em um livro, em que o autor avaliou as relações de jovens em uma cidade norte-americana com a sua comunidade, o seu bairro. A proposta foi que os jovens do Brasil tivessem um espaço para falar de Cidadania, Educação e Trabalho.

Para arrecadar lucros para a continuidade do projeto com os sites, criou-se um projeto, que consiste na confecção de peças de cerâmica. A idéia é que a instituição possa aproveitar o que

as proximidades de onde estão localizados podem oferecer. O entrevistado relatou que, pela região ter muitos artistas plásticos, as técnicas de arte são muito visadas. O Projeto montava painéis em muros pela cidade com as peças de cerâmica, de maneira que qualquer pessoa pode participar da montagem do mosaico no muro.

Este projeto também se desenvolveu e se transformou no em outro, em que os muros ao redor do cemitério próximo ao local foram confeccionados por este projeto. Com uma lei da cidade limpa, o cemitério era pintado toda a semana. Fizeram então um combinado com a Prefeitura para que eles fossem autorizados a elaborar esses muros. Este projeto é inscrito pela de fomento à cultura. Porém, o entrevistado afirmou que no estatuto da organização B, não é permitido renda pública direta. Diz que acreditam que o governo tem que ter capacidade de tocar projetos. A instituição pode iniciar, mas não toma responsabilidade pela sua continuidade.

A verba da organização B vem dos patrocinadores, que geram a demanda de alguns dos projetos. A coordenação se reúne e vê a viabilidade de aceitar as proposta dos patrocinadores ou então sugerir algum projeto para pedir financiamento.

Durante a segunda visita foi perguntado dados a respeito do trabalho voluntário que é realizado por 5 pessoas. O entrevistado disse que a política que eles adotam no tocante ao voluntariado se dá quando, a pessoa que procura o projeto já tem uma proposta de trabalho a ser realizado e apresenta para a coordenação do tema específico. A proposta do voluntário é aprovada ou não, dependendo da viabilidade quanto ao tempo de duração da proposta e compatibilidade com os objetivos da organização. A instituição começou a usar essa política há aproximadamente 3 anos, mas o entrevistado afirma que as restrições do voluntariado são reconsideradas à medida que o trabalho possa ganhar maiores proporções, podendo tornar-se uma parceira.

A instituição é coordenada pela direção geral e a direção executiva. A direção geral é composta por pelo Presidente, Vice-Presidente, tesoureiro e dois conselheiros gerais. A cada três meses, essa direção geral se reúne com a direção executiva, que é composta pelos diretores das coordenações e administradores para discutir as gestões do Projeto.

O nível institucional, do qual o entrevistado faz parte, presta contas para as direções acerca das parcerias estabelecidas e da área de comunicação do Projeto. Todas as atividades da organização são divididas entre 8 coordenações que orientam os trabalhos, os educadores e assistentes que trabalham por lá.

4.1.3 Instituição C

A instituição C tem a finalidade de prestar assistência psicológica, social e jurídica para pessoas portadoras do vírus HIV. Surgiu no início da década de 90 por J., ativista e representante dos soropositivos. Ela tem como sede uma casa que foi doada por um usuário anônimo e que tinha como único objetivo, a utilização da casa como sede da instituição. Este espaço comporta: um refeitório pequeno, pois disponibiliza de um voluntário que administra a cozinha, oferecendo a refeição noturna pelo valor simbólico de R\$3,00; duas salas para atendimento psicológico, sendo uma delas utilizada também para as aulas de Reiki; uma sala de computação que comporta alguns computadores doados por uma empresa do ramo financeiro, porém a sala atualmente está desativada por baixa adesão ao curso; dois escritórios; uma sala onde acontecem as reuniões e os encontros; uma sala operacional; e de uma pequena salinha que comporta o bazar, realizado toda semana.

A instituição C possui vínculos com outras organizações não governamentais, governamentais e hospitais. Para um melhor atendimento no serviço público e na esfera familiar, eles possuem interlocuções com grupos no interior criados pela própria organização.

Além disso, ela também divulga seus resultados através de um jornal, que debate questões relacionadas à AIDS e possuem duas revistas publicadas para o público infanto-juvenil que foi elaborado pelos grupos de crianças e jovens que participam desta.

Em relação às mudanças, nos foi dito que estas ocorrem direto, que de dois em dois anos há uma eleição para a presidência, e normalmente quando muda o presidente mudam algumas regras e normas. Quando questionado sobre o estatuto da casa e se poderíamos ter acesso a este, ele nos disse que a casa tem estatuto, mas não poderíamos ter acesso, pois o estatuto é interno e concluiu afirmando que tinha “certeza que não interessa a vocês”.

Outra questão levantada foi a respeito do critério de escolha das atividades que a instituição promove, e em relação a isto ele afirmou que as atividades são propostas de acordo com a demanda local e a demanda geral, do que está acontecendo no país. Por exemplo, existe um projeto que tem como objetivo assessorar juridicamente os portadores do vírus, este foi proposto pelo Governo Federal, e começou há três anos na instituição para atender a população pobre com HIV. Esta foi uma necessidade que o Governo viu na população e buscou a parceria com a instituição.

Para ser voluntário na organização C devem-se freqüentar as reuniões, assim como quem se torna membro, posteriormente há uma reunião com psicólogo que questiona a pessoa para ver se ela tem perfil e habilidade para trabalhar em alguma função na casa. Por exemplo, a pessoa que dá aulas de Reike é voluntária e teve que passar por todo o processo, e ela não é portadora do vírus.

4.1.4 Instituição D

Em relação à organização da instituição D, ela mantém nove funcionários, sendo quatro professores contratados, uma coordenadora, uma assistente social, uma cozinheira, uma ajudante de cozinha, uma faxineira e quatro voluntários. Durante a primeira visita foi possível observar que eles mantêm uma sala com um espaço grande. Próximo há também uma sala de leitura um pouco bagunçada e aos fundos um pequeno estúdio com partes de uma bateria e instrumentos de percussão. Foi-nos apresentada uma sala de informática, onde se encontram oito computadores os quais apenas cinco estão em condições de uso, porém todos muito desatualizados. Em seguida subimos para o segundo andar da casa onde fica localizada a sala da administração com dois computadores em melhores condições que os dos alunos, uma sala relativamente grande onde são ministradas aulas de educação artística, ao fundo se encontra um acesso para uma brinquedoteca. No andar de baixo havia também uma sala grande cheia de cobertores doados por uma empresa, sala a qual ela não nos informou a utilidade.

Segundo a prefeitura, maior parceira da associação, hoje a organização tem capacidade de atender 120 crianças, 60 pela manhã e 60 à tarde, sendo que no momento atende a 100 crianças de 6 a 14 anos e 11 meses que se encontra em situação de risco ou vulnerabilidade social, no entanto no site a informação é de que na associação são atendidas 700 crianças. Há também um convênio com um a faculdade de medicina. Uma igreja cede sua quadra para que as crianças da associação possam praticar esportes. Há também um benefício oferecido pela prefeitura como forma de combater o trabalho infantil que é uma ajuda de custo de R\$ 82, dada as famílias das crianças por intermédio da instituição.

Em relação ao histórico, a entrevistada apenas nos disse que começou na rua, com o fundador e algumas crianças fazendo vídeos. E nos disse todas essas informações estavam no site e que deveríamos e que deveríamos pesquisar na página. Questionando sobre a história da associação a primeira informação dada foi a de que a instituição E completou dez anos em Outubro de 2008, e que seu início foi com três jovens na rua em um workshop que durou o período de um feriado prolongado.

Em 2003 foi a vez da prefeitura de São Paulo os procurar, foi nesse momento então que

surgiram os outros projetos. Ao todo a associação hoje atende aproximadamente 1000 jovens com seus 60 funcionários contratados que se dividem na execução de cinco projetos.

5. Análise dos resultados

De acordo com os resultados obtidos nas visitas, será analisado à luz da teoria as principais informações encontradas durante as entrevistas e visitas. A análise foi dividida em tópicos, de acordo com os temas mais significativos encontrados.

5.1 Parcerias

As organizações não governamentais fazem parte do Terceiro Setor que se constitui por entidades que embora sejam privadas perseguem fins públicos. As organizações acabam por deslocar o discurso de direitos humanos e de mudança social, e se transformam em instrumentos da agenda neoliberal. Ao prestar serviços para o desenvolvimento do país, as entidades e órgãos que repassam recursos incorporam um modelo que normalmente está de acordo com estratégias dos doadores e não dos receptores. (VOLTOLINI, 2004). Podemos perceber isso nitidamente quando os entrevistados da instituição D falam sobre a parceria com a prefeitura, que é quem determina quantas crianças a instituição é capaz de atender, se a cozinha está apropriada para receber o auxílio alimentação, ou tempo de duração do projeto realizado. O que demonstra que há uma supervalorização da estrutura da política e dos números, ao invés dos resultados efetivos apresentados.

5.2 Relação com o Estado

Através das visitas realizadas e da coletas de dados, pode-se perceber uma forte presença do poder público nas atividades das organizações não governamentais.

Segundo Vidal et al (2006), a relação entre o Estado e estas instituições é como de contratação de um serviço. Isto, de fato, evidencia uma crítica que pôde ser comprovada na instituição C. Um exemplo disto é o projeto que a instituição realiza que tem como finalidade prestar assessoria jurídica e este foi proposto pelo Governo Federal. Este projeto começou há 3 anos, época que o Governo detectou a necessidade em atender a população de baixa renda com HIV e desta forma entrou em contato com a instituição C para propor este trabalho. Na instituição D existe um projeto que acolhe crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou profissionaliza os internos e egressos da Fundação Casa, visando assim uma ação preventiva para evitar que esses jovens fiquem, ou retornem, as ruas, ao ócio ou a marginalidade. O que mostra que, ao avançar nas prestações de serviços públicos, essas organizações contribuem para a terceirização de políticas públicas e para o recuo do aparelho estatal que deveria ser o responsável por estas ações.

Na entidade B, percebe-se que diversas vezes a participação do Estado no desenvolvimento de seus projetos é negada. O entrevistado coloca que está descrito no estatuto da entidade que não é permitido o uso de renda pública direta, afirmando que as ações governamentais devem desenvolver programas por si só. Porém na prática, verifica-se que isto ocorre de maneira diferente: o Estado participa dos projetos, seja concedendo espaços públicos para utilização pela instituição ou participando indiretamente no desenvolvimento dos projetos. Em uma das entrevistas o entrevistado se mostrou muito preocupado com a visita do prefeito da cidade que aconteceria no dia seguinte. Esta visita nos pareceu ter caráter de reconhecimento perante a organização. Desse modo, é possível que numa futura parceria, a *cerimônia* de participação do prefeito venha facilitar a continuidade de projetos, que a princípio são evitadas e repelidas no discurso do entrevistado, mas sem hesitação, são bem quistas quando o interesse é dar continuidade às atividades da organização. Lapassade (1977) afirma que em toda instituição o poder governamental está presente embora na maioria das vezes de maneira encoberta.

Segundo Leite (1999) quando estas organizações são chamadas a atuar no lugar do Governo, é porque este se encontra ineficiente, sendo estas entidades mais ágeis e eficientes

para lidar com questões mais objetivas, além de mostrarem alguma legitimidade para as parcerias governamentais. Com isso pode-se refletir a respeito deste discurso repleto de justificativas que continua a se perpetuar com o apoio do poder público, que tenta camuflar a negligência dos direitos básicos que continua a acontecer, ao invés de reformar sua forma de administração pública.

5.3 Mudança de Objetivo

A Instituição B se apresenta como uma organização que nasceu com um único objetivo e também um único projeto. Com o decorrer das articulações, com a agregação de outras pessoas, a organização foi tomando proporções maiores parecendo sem critério de escolha ou especificidade nas suas ações, se perdendo do seu objetivo base. Essa apropriação de responsabilidades, a fim de perpetuar sua vigência enquanto instituição, perde o ponto central que é ressarcir temporariamente a lacuna do setor público para que haja a construção de um Estado social de direito, no qual seja possível o exercício dos direitos humanos para cuidar e proteger a vida (TORO, 1997).

A diversidade nas atividades parece encobrir o que de fato está por trás das realidades sociais, procurando sempre um crescimento contínuo, tal como uma empresa, eficiente no fornecimento de serviços, desconsiderando o papel como organização portadoras de idéias de transformação e utopias sociais (THOMPSON, 1997).

O objetivo principal da Instituição B parece dissipado diante de tantos projetos em vigor e poucos relacionados com o projeto original. Há também constante busca de soluções para englobar o público que está relacionado com a instituição indiretamente, que é o caso dos projetos ligados às crianças de faixa etária diferente do público jovem que frequenta a organização. Observamos que a organização analisada utiliza sua imagem para oferecer um serviço à população que está muito distante de seu objetivo explícito. Assim, a mesma tenta se sustentar englobando aquilo que puder para dar continuidade.

Também na Instituição A, a mudança dos objetivos da organização é evidenciada quando o projeto não parece ter como objetivo a luta dos direitos pelo movimento social dessa população que é atendida na instituição, mas apenas resolver questões imediatas como lugar para dormir e clínicas de desintoxicação. Mesmo tendo as oficinas profissionalizantes elas apenas são realizadas durante três meses e depois disso o sujeito não sabe como utilizar a aptidão adquirida. Tal situação vai ao encontro com Yamamoto (2007), quando afirma que “A questão é a mudança do foco das antigas entidades da sociedade civil – como os movimentos sociais – para as chamadas organizações não-governamentais, tem como consequência a despolitização dos conflitos sociais.” (YAMAMOTO, 2007, p.33).

Na Instituição C, nota-se também que há uma contradição da fala do entrevistado com os panfletos que falam sobre a organização em relação ao projeto que realizam com crianças. Apesar de o discurso ter abarcado o trabalho sendo desenvolvido com crianças e adolescentes, o entrevistado se referiu ao projeto como somente voltado para crianças enquanto, em alguns panfletos, aparece como voltado para crianças e adolescentes. Também se pode observar em relação a esse projeto, que o panfleto coletado na primeira visita informa que eles são um grupo de ajuda mútua para pessoas vivendo com HIV/AIDS, seus amigos e familiares. Outro ponto que observado neste mesmo panfleto é que existem diversas atividades que eles dizem promover como cursos de para educadores e profissionais de saúde, conversas nas escolas, entre outras; mas que na realidade não acontecem, pois nenhum dos entrevistados nos trouxe esta informação. Assim, identifica-se que na instituição C há uma possível falta de definições quanto à abrangência do projeto, evidenciando que este pode ter se perdido do seu objetivo principal visando somente busca de subsistência da instituição pelos parceiros e investidores aos quais os panfletos são direcionados.

5.4 Voluntariado

De acordo com Marcuse (1982), existe uma diferença entre labuta e o trabalho. A labuta é uma atividade que é alheia e necessária ao sujeito somente durante o tempo necessário para satisfazer as necessidades básicas, já o trabalho é algo que tem uma só função dá prazer e esse deveria sobrepor sobre a labuta. A partir disso podemos pensar que quando a instituição A afirma que não aceita voluntários, pois esses são desvinculados e descomprometidos. Ela estaria afirmando que o voluntário não deve ver o voluntariado como algo que dê prazer, ou seja, que ele faça quando tiver vontade e prazer nessa ação, mas sim o voluntariado aparece como uma forma de labuta em que mesmo que o sujeito não tenha prazer mais no que faz, ele deve continuar a exercer a atividade.

A intuição B possui apenas cinco voluntários e, a pessoa que deseja ser voluntária da organização, deve apresentar uma proposta a coordenação. Essa proposta pode ser aprovada ou não dependendo da viabilidade quanto ao tempo de duração e compatibilidade com os objetivos da instituição. O entrevistado enfatizou que o trabalho desenvolvido pelo voluntário deve ser um projeto pessoal. As organizações do terceiro setor não estão imunes de procedimentos internos antidemocráticos, controle hierárquico, e patologias resultantes do mau uso da organização para fins pessoais, de semelhante modo, isso fica claro em relação a esses projetos desenvolvidos pelos voluntários, pois estes por meio da instituição para se aperfeiçoarem profissionalmente, e garantem uma maior visibilidade do mercado.

Isso também ocorre na organização C, já que para ser voluntário na instituição deve-se freqüentar as reuniões, assim como quem se torna membro, depois há uma reunião com psicólogo que questiona a pessoa para ver se ela tem perfil e habilidade para trabalhar em alguma função na casa. Por exemplo, a pessoa que oferece aulas Reike é voluntária e teve que passar por todo o processo, e ela não é portadora do vírus.

6. Considerações Finais

As organizações visitadas durante o semestre para a produção do presente trabalho representam um número pequeno, porém, significativo para a compreensão de sua atuação na atual conjuntura social. As contradições apontadas nesta pesquisa não têm a pretensão da desconstrução da realidade estabelecida, mas visam, sobretudo, uma crítica que para muitos podem parecer “vazia” ou “sem sentido”, uma vez que pode colocar em risco as ações sociais de tais organizações tão amplamente defendidas como detentoras da “pura virtude”.

No entanto, deve-se ter em mente que a crítica aponta para os obstáculos à mudança e, ao contrário do que muitos pensam, ela não paralisa, mas leva a um novo movimento. A paralisação, quando ocorre, é causada pelo próprio obstáculo que constitui a condição estabelecida que leva ao sofrimento. Dessa forma, não se buscou aqui esvaziar de importância muitos dos projetos criados por tais instituições, mas antes desvinculá-los de uma maneira pronta e universalmente aceitável de pensar, livre de questionamento e de reflexão, tão defendida pela ideologia perpetuada pela elite dominante por meio da racionalidade tecnológica.

Nesse trabalho houve uma preocupação com o termo organização não governamental, que muitas vezes é reduzida a sua sigla ONG, sendo que está perde o seu sentido original, como descreve Marcuse (1979) que “uma vez transformado em vocábulo oficial, constantemente repetido no uso geral, ‘sancionado’ pelos intelectuais, terá perdido todo valor cognitivo e serve meramente ao reconhecimento de um fato indiscutível.” (p. 101). Portanto, nesse artigo se tentou evitar a sigla ONG e identificar como ela é, ou seja, uma organização não governamental.

Procurou-se mostrar que muito além de atuarem pelo bem comum, as organizações não-governamentais possuem na sua própria denominação uma contradição, já que boa parte delas tem estreitos vínculos com o Estado, bem como com o mercado. Dessa forma, garantem os

interesses de outros que não a sociedade civil, a quem se propõem a defender e apoiar inicialmente. Nas falas de alguns dos entrevistados tais contradições ficam explícitas na medida em que eles afirmam que não haveria a necessidade de organizações não-governamentais se o Estado cumprisse com suas funções adequadamente e que o objetivo final das mesmas seria sua própria extinção. Tal hipótese atualmente parece inconcebível tendo-se em vista a estrutura sócio-política contemporânea. Não obstante, associações com finalidade de assistência social, entre outras, mesmo sendo caritativas como as que distribuem alimento à população necessitada são de extrema importância, pois como se pode pedir que o indivíduo reflita sobre sua condição na sociedade se não tem suas necessidades básicas asseguradas?

Contudo, não se pode perder de vista que as organizações chamadas não-governamentais são organizações como outras quaisquer e, portanto, não estão isentas dos mesmos vícios e patologias a que outras estão suscetíveis. Além disso, estão inseridas numa sociedade cheia de contradições e oposições que se buscam escamotear em prol de interesses de uma minoria dominante. Estas premissas devem ser consideradas numa análise institucional que se proponha a uma real reflexão crítica.

7. Referências Bibliográficas

BLEGER, José. **Psico-higiene e psicologia institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 2. Ed., São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

CROCHIK, José Leon. **O Computador no ensino e a limitação da consciência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos sociais, Ongs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

LEITE, Márcia Pereira. **Crise da Cidadania: em foco um dos cenários das ONGs**. **Proposta** Nº 81 Junho/Agosto de 1999.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARCUSE, Hebert. **Eros e civilização**. São Paulo: Circulo do Livro S.A, 1982.

MARCUSE, Hebert. **Cultura e psicanálise**. São Paulo: Paz e terra, 2001.

RUDIGER, Francisco. **Theodor Adorno e a critica a indústria cultural**. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2004.

ROCHA, S.L.da. **Terceiro Setor. Coleção Temas de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2003.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor: Regulação no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Peirópolis, 2003.

TENÓRIO, F. G. **Gestão de ONGs – Principais funções gerenciais (org)**. Rio de Janeiro Editora FGV, 2006.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. “Políticas sociais, ‘terceiro setor’ e ‘compromisso social’: perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo”. **Psicologia & Sociedade**; 19 (1): 30-37; jan/abr. 2007.

VIDAL, Francisco Antonio Barbosa; FARIA, Maria Vilma C. Moreira; COSTA, Denise Pires Bastos. **Terceiro Setor à Luz da Teoria Crítica: Racionalidades da Gestão de ONGs**. **30º Encontro da ANPAD**. Salvador / BA 23 a 27 de Setembro de 2006.

VOLTOLINI, R. **Terceiro Setor- Planejamento & Gestão (org)**. São Paulo: Editora SENAC, 2004.